



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Grupo de Câmaras de Direito Público
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança nº 325511-0
Embargante: Estado de Pernambuco
Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões
Embargado: Paulo Napoleão de Melo
Advogado: Ewerton Gayo R. de Oliveira Filho PE028779
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. O objetivo da demanda é compelir o Estado de Pernambuco a fornecer tratamento de saúde com REVLIMID para paciente portador de mieloma Múltiplo (C90) desde 1999. Segundo laudo médico, o paciente já realizou tratamento com MELFALANO, BORTEZOMIB, CICLOFOSFAMIDA e DECADRON. Como o tratamento não foi bem sucedido com nenhuma dessas drogas, o médico que lhe assiste prescreveu LENALIDOMIDA (REVLIMID) na dose de 25g/dia, por 21 dias em ciclos de 21 dias. E tal medicamento se configura como última alternativa. O fundamento para conceder o pedido foi a existência de violação ao artigo 196 da Constituição Federal, qual seja, o direito à saúde, e, conseqüentemente, à vida, ambos previstos constitucionalmente. No presente caso, houve uma ponderação de interesses e optou-se por privilegiar a vida do impetrante em detrimento dos interesses do Estado.

2. Além, como bem ressaltado na decisão ora embargada, o fato do remédio ainda não ter registro na ANVISA, não seria suficiente, por si só, para não se resguardar a vida humana. Sendo assim, a aquisição do referido medicamento deu-se por causa do laudo médico, sendo o seu subscritor a pessoa mais habilitada para fazer o diagnóstico de seu paciente, não havendo, outrossim, motivos para que este órgão julgador contradite as informações médicas.

3. Ademais, ressalte-se, que a multa diária fixada que foi majorada no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), para o caso de novo descumprimento. Entendo que o valor fixado para multa diária é razoável e equânime, observando as peculiaridades do caso concreto, vez que se trata de meio para coagir o Estado a cumprir a decisão Judicial, levando-se em consideração que a lide versa sobre direito à saúde e à vida. No presente caso, o artigo 461, §4º do CPC foi observado e a sua referência foi feita ainda que de forma implícita, não havendo motivo para a oposição do referido embargo.

4. Quanto à violação aos artigos 2º, 5º, caput, 37, caput e XXI, 109, I, art. 196 e art. 198 da Carta Magna, bem como aos artigos 1º e 10 da LMS, observa-se que estes, em nenhum momento da relação processual, foram objeto de impugnação, sendo, pois, inovação argumentativa e, conseqüentemente, inadmissíveis de serem discutidos nesta via recursal.

5. Nesse sentido, não se deve confundir omissões com inconformismo. Uma vez irressignada com o julgado, devia a parte interessada manejar o recurso adequado ao seu desafio, e não se valer dos presentes aclaratórios, cuja natureza, por essência, é integrativa.

6. Embargos Declaratórios conhecidos, porém rejeitados à unanimidade de votos.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração em Mandado de Segurança Nº 325511-0**, em que figuram, como Embargante **Estado de Pernambuco**, e, como Embargada, **Paulo Napoleão de Melo**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos de Declaração opostos pelo embargante, conforme relatório e voto em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 18 de julho de 2014.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Grupo de Câmaras de Direito Público
Embargos de Declaração em Mandado de Segurança nº 325511-0
Embargante: Estado de Pernambuco
Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões
Embargado: Paulo Napoleão de Melo
Advogado: Ewerton Gayo R. de Oliveira Filho PE028779
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Cuida-se de **Embargos de Declaração** opostos pelo **Estado de Pernambuco** em face do acórdão proferido em sede de Mandado de Segurança nº 325511-0.

A decisão questionada (fls. 184/190) concedeu a segurança para fornecimento do medicamento REVLIMID, decisão esta que foi acompanhada pela maioria dos desembargadores, vencido Des. Francisco Bandeira de Mello.

O Estado de Pernambuco opôs Embargos de Declaração, suscitando a existência de omissões quanto à imposição de adquirir medicamento não constante em lista da ANVISA, bem como omissão quanto aos artigos 2º, 5º, *caput*, 37, *caput* e XXI, e 196, todos da Constituição Federal de 1988, bem como aos artigos 1º e 10 da LMS. Por fim, alega omissão quanto à desproporção entre a multa diária fixada e a obrigação imposta.

Objetiva, ainda, o prequestionamento da matéria para atender aos requisitos de admissibilidade dos recursos extremos.

Pugna, enfim, pelo conhecimento e provimento do presente recurso.

É o que se tem de relevante a relatar.

VOTO

Consoante restou consignado por ocasião do relatório, o embargante preconizou o cabimento dos aclaratórios com fundamento na existência de omissões do *decisum* increpado.

Contudo, penso que, dado o estreitamento da via recursal eleita pelo embargante, seu intento recursal está fadado ao insucesso.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

O objetivo da demanda é compelir o Estado de Pernambuco a fornecer tratamento de saúde com REVLIMID para paciente portador de mieloma Múltiplo (C90) desde 1999. Segundo laudo médico, o paciente já realizou tratamento com MELFALANO, BORTEZOMIB, CICLOFOSFAMIDA e DECADRON. Como o tratamento não foi bem sucedido com nenhuma dessas drogas, o médico que lhe assiste prescreveu LENALIDOMIDA (REVLIMID) na dose de 25g/dia, por 21 dias em ciclos de 21 dias. E tal medicamento se configura como última alternativa.

O fundamento para conceder o pedido foi a existência de violação ao artigo 196 da Constituição Federal, qual seja, o direito à saúde, e, conseqüentemente, à vida, ambos previstos constitucionalmente. No presente caso, houve uma ponderação de interesses e optou-se por privilegiar a vida do impetrante em detrimento dos interesses do Estado.

Além, como bem ressaltado na decisão ora embargada, o fato do remédio ainda não ter registro na ANVISA, não seria suficiente, por si só, para não se resguardar a vida humana. Pela importância, pede-se vênha para transcrever trecho do voto (fls. 189v):

No que pertine ao fato do Revlimid não possuir registro na ANVISA, é de se advertir que, em contrapartida, o medicamento não possui ingresso vetado no país, razão pela qual não há que se falar em "droga ilícita", sendo certo, ademais, que sua eficácia é amplamente atestada por organismos internacionais de inúmeros países, o que evidencia a inexistência de risco à segurança da saúde pública pela utilização desse tratamento, por ausência de desconformidade explícita com protocolos e diretrizes terapêuticas das políticas públicas de saúde.

Estando o pedido de registro do Revlimid na ANVISA em "análise", há quatro anos, sem que o órgão regulador se pronuncie definitivamente, salta aos olhos, pois, a existência de entraves burocráticos que, *in casu*, diante dos inúmeros relatos científicos de eficácia desse medicamento no tratamento do mieloma múltiplo para pacientes refratários aos demais medicamentos existentes no mercado brasileiro, não podem prevalecer sobre o direito constitucional do acesso à melhor saúde, sob pena de violação à justiça e quicã à própria ética.

Sendo assim, a aquisição do referido medicamento deu-se por causa do laudo médico, sendo o seu subscritor a pessoa mais habilitada para fazer o diagnóstico de seu paciente, não havendo, outrossim, motivos para que este órgão julgador contradite as informações médicas.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Ademais, ressalte-se, que a multa diária fixada que foi majorada no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), para o caso de novo descumprimento. Entendo que o valor fixado para multa diária é razoável e equânime, observando as peculiaridades do caso concreto, vez que se trata de meio para coagir o Estado a cumprir a decisão Judicial, levando-se em consideração que a lide versa sobre direito à saúde e à vida.

No presente caso, o artigo 461, §4º do CPC foi observado e a sua referência foi feita ainda que de forma implícita, não havendo motivo para a oposição do referido embargo.

Quanto à violação aos artigos 2º, 5º, *caput*, 37, *caput* e XXI, 109, I, art. 196 e art. 198 da Carta Magna, bem como aos artigos 1º e 10 da LMS, observa-se que estes, em nenhum momento da relação processual, foram objeto de impugnação, sendo, pois, inovação argumentativa e, conseqüentemente, inadmissíveis de serem discutidos nesta via recursal.

Diante do exposto, não vislumbro a existência de qualquer omissão, bem como desrespeito aos comandos constitucionais.

Pela leitura dos embargos percebe-se, pois, que estes apenas foram manejados com intuito de rediscutir a matéria, fruto da irresignação do Estado com o resultado obtido no processo.

Seus argumentos são genéricos, no intuito de fazer crer que este órgão julgador foi omissos, apenas porque não lhe concedeu o direito pleiteado.

Tem-se que não se deve confundir omissões com inconformismo. Se as considerações tomadas naquele julgado restaram desfavoráveis às pretensões do embargante, deve ele se valer das vias recursais adequadas ao seu intento reformulador, e não opor estes aclaratórios, cuja natureza é, por essência, integrativa.

Vê-se, portanto, que tais vícios nada mais são do que, a bem da verdade, fruto de sua irresignação com o desfecho alcançado no *writ of mandamus*, cujo *decisum*, do seu próprio teor, não deixa margem para questionamentos relativos à necessidade de sua integralização, razão pelo que deveria a parte interessada - já que esse era seu real intento - ter se valido do recurso adequado à rediscussão do julgado.

Desta feita, e uma vez que a real pretensão do embargante ao se valer dos presentes aclaratórios não se coaduna com o estreitamento da



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

via recursal eleita, imperioso se faz rejeitar os presentes embargos de declaração.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, CPC. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. SÚMULA N. 98/STJ. IRPJ E CSLL. PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - PDD. RESOLUÇÃO 1.748/90, CMN/BACEN. ART. 9º DA LEI N. 8.541/92 E ART. 43 DA LEI N. 8.981/95. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA.

1. **Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que decide de forma suficientemente fundamentada, não estando obrigada a Corte de Origem a emitir juízo de valor expresso a respeito de todas as teses e dispositivos legais invocados pelas partes.**

2. Na dedução da base de cálculo do Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL deve ser observado o limite imposto pelo art. 9º, da Lei n.

8.541/92 e pelo art. 43, da Lei n. 8.981/95, relativo à Provisão para Devedores Duvidosos - PDD (provisão para créditos de liquidação duvidosa). Precedentes: REsp. n. 413.919 - PR, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, julgado em 17.09.2002; REsp. n. 234.536 - CE, Segunda Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 12.05.2005; e REsp. n. 707.044 - MG, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17.11.2005.

3. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório". (Súmula n. 98/STJ).

4. Recurso especial parcialmente provido apenas para afastar a multa aplicada.

(STJ - REsp 1268609 / MG, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA, Data de Julgamento: 08/11/2011- sem grifos no original)

Note-se, ainda sim, que, mesmo quando visem especificamente ao prequestionamento, não podem os embargos de declaração ultrapassar os contornos do artigo 535 do CPC.

Ante o exposto, e sem mais delongas, **REJEITO** os embargos declaratórios ofertados pelo Estado de Pernambuco face a inexistência de quaisquer dos vícios elencados no art. 535, do CPC, capazes de ensejar a integralização daquele *decisum*.

É como voto.

Recife, 18 de julho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator